

Políticas de educação emancipatórias: contribuições de Paulo Freire e Alberto Memmi

Emancipative educational policies: contributions byc
Paulo Freire and Alberto Memmi

Telmo Marcon*

Assim como o colonizador é tentado a aceitar-se como colonizador, o colonizado é obrigado, para viver, a aceitar-se como colonizado.

Memmi

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais.

Freire

Resumo

O presente texto se propõe a discutir Paulo Freire e Alberto Memmi com o objetivo de buscar elementos para a discussão sobre políticas educacionais numa perspectiva emancipatória. A reconstrução das idéias desses dois autores nos ajuda a questionar as tendências dominantes nas políticas educacionais de caráter instrumental e subordinadas ao mercado e também a pensar numa perspectiva crítica e transformadora. As pesquisas e as experiências vivenciadas por Memmi e Freire colocam inúmeros questionamentos em relação às tendências nas políticas educacionais neste início de século, cada vez menos preocupadas com a humanização, ou seja, com a vocação ontológica do ser humano que

é *ser mais*. Nesse contexto, a leitura de autores clássicos apresenta-se como uma possibilidade fecunda na medida em que eles propõem questões fundamentais para a formulação de uma crítica consistente em relação à formação de sujeitos críticos e emancipados e que contribuam efetivamente na transformação das relações socioeconômicas, políticas e culturais.

Palavras-chave: opressor-oprimido, colonizador-colonizado, políticas educacionais emancipatórias, transformação.

* Doutor em História Social pela PUC/SP, pós-doutorado em Educação Intercultural pela UFSC e professor pesquisador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

Considerações iniciais

O presente texto tem por objetivo estabelecer um diálogo entre dois pensadores que discutem, por diferentes caminhos, a questão da emancipação. Mais do que reconstruir o pensamento desses autores, pretende-se criar as condições para que possam dialogar com as principais idéias propostas pelas políticas educacionais na atualidade, que, de um modo geral, avançam na contramão da emancipação. Tanto Paulo Freire quanto Alberto Memmi propõem-se pensar a emancipação, uma das maiores conquistas da humanidade, mas, ao mesmo tempo, ainda um grande desafio para o presente século. Se, para alguns, pode se constituir numa questão de pouca relevância, para outros, a luta pela emancipação em todas as dimensões da vida ainda continua sendo colocada como utopia e posta em pauta por diferentes sujeitos, por inúmeras organizações e movimentos sociais.

Essa questão tem sentido de ser posta porque estamos vivenciando neste momento histórico um horizonte pouco promissor em termos de utopias. A tendência predominante nas políticas educacionais contemporâneas é um enfraquecimento da dimensão utópica e humanística em nome da eficiência e da produtividade. Os dois autores em questão nos trazem inquietações a respeito e nos instigam a recolocar a questão da emancipação como um dos desafios fundamentais para fazer frente aos processos de desumanização e de barbárie que se

multiplicam na atualidade. Quais as possibilidades e limites dos processos de emancipação? Ainda tem sentido falar em humanização e liberdade?

Estamos vivendo um contexto histórico extremamente desafiador do ponto de vista de horizontes e utopias. O discurso neoliberal buscou esvaziar de sentido toda e qualquer ação em prol da transformação e da liberdade, exceto para a consolidação do mercado. A liberdade do mercado ascendeu, dentro desse discurso, a um patamar absoluto.¹ Fundamentado num determinismo, fragilizaram-se as potencialidades humanas de intervenção, realidade que fortalece o pessimismo e a apatia. O estudo da história nos ajuda a entender como, em determinados períodos, aproximam-se o enfraquecimento das utopias com retrocessos políticos e a perda de força em relação à ousadia, à inovação e às mudanças.

No caso brasileiro, por exemplo, não são poucas as razões que fortalecem esse argumento, especialmente nas últimas três décadas. Mais do que isso, as tendências econômicas, políticas e educacionais que se tornaram hegemônicas desde a década de 1990 apontam para uma acomodação em relação às estruturas estabelecidas. O pensamento crítico está perdendo força ou sendo descaracterizado através de discursos que, por vezes, se parecem críticos, mas que não têm qualquer implicação ou consequência prática efetiva. Para complicar ainda mais esse quadro de apatia em relação à utopia política,² a expansão tecnológica apresenta-se como símbolo

da modernização e do progresso. Os avanços e inovações tecnológicas que modernizam procedimentos estão criando mais aparências de mudanças do que transformações de fato. As tecnologias acabam, também, sendo apresentadas como símbolos das novas linguagens, dos novos valores, ou seja, são apresentadas como o “novo”. Esse “novo”, no entanto, nem sempre está articulado com propostas pedagógicas efetivamente transformadoras. Sem desconsiderar a contribuição desses avanços, cabe questionar: até que ponto as tecnologias estão de fato contribuindo para a construção de sujeitos críticos, criativos e emancipados? Cotidianamente, ouvimos expressões que afirmam que tudo está se transformando intensa e rapidamente. O que está se transformando e o que persiste nesses processos? Quais as principais resistências em relação às transformações socioeconômicas e culturais tanto pessoais quanto coletivas? Essas questões podem ser aprofundadas com as reflexões e contribuições de Freire e Memmi.

As contribuições de Freire e de Memmi

A leitura de textos clássicos não se faz sem a mediação de interrogações e desafios formulados no tempo presente. É do tempo presente que podemos questionar o passado em busca de elementos que nos ajudem a compreender de uma forma mais ampla as questões presentes, conforme Benjamin, (1994,

p. 222-232). Conforme acenamos anteriormente, há um conjunto de questões emergentes no contexto atual, especialmente no âmbito das políticas educacionais, que precisam ser discutidas e aprofundadas. É fundamental romper com a linearidade nas interpretações dos clássicos, e isso ocorre na medida em que conseguirmos inverter a lógica que predomina na interpretação do passado, ou seja, as questões do tempo presente nos remetem ao passado e nos desafiam a novas interpretações. Caso contrário, fariamos simplesmente a reconstrução do pensamento do autor, das suas idéias, contestações etc. O que estamos propondo é que Paulo Freire e Alberto Memmi nos ajudem a aprofundar as grandes questões contemporâneas, particularmente aquelas emergentes das políticas educacionais. Na medida em que as políticas apontam para os rumos e perspectivas da educação como um todo, é possível fazer essa viagem inversa e buscar nesses autores elementos críticos que nos ajudam a formular de modo mais claro os projetos, intenções e ações no campo da educação. A questão central diz respeito à contribuição desses autores na formulação de políticas emancipatórias e humanizadoras. Num contexto de crescente massificação, beber em fontes que tematizam a liberdade, a emancipação e a humanização é profundamente gratificante e coloca-se como possibilidade para enfrentar as tendências desumanizadoras e de barbárie.

Para Freire (1981, p. 30), a desumanização apresenta-se não apenas

como possibilidade ontológica, mas também como realidade histórica. A história revela como a possibilidade ontológica se defronta permanentemente com a sua negação. “Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade roubada.”

Freire reconhece que a opressão desumaniza e nega a possibilidade ontológica do ser humano que é de “ser mais”. Mesmo se referindo a situações históricas concretas, Freire acentua um caráter mais amplo de opressão quando se refere aos oprimidos. No seu pensamento a idéia motriz é de que a opressão se internaliza e assume feições de normalidade na consciência dos oprimidos. O movimento de libertação do oprimido leva a que o opressor também tome consciência do seu papel de desumanizar, tanto em relação ao oprimido quanto a si mesmo.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que hospedam ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia da sua libertação. Somente na medida em que se descubram hospedeiros do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo (FREIRE, 1981, p. 32-33).

As análises feitas por Albert Memmi³ têm outra base empírica em relação a Freire e são baseadas em outras experiências históricas, embora toquem em questões muito similares. Memmi tem como pano de fundo da sua obra a luta das colônias africanas pela libertação das metrópoles européias. O título da sua obra – *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*⁴ – discute as relações entre colonizados (Freire fala de oprimidos) e os colonizadores (Freire fala em opressores), ou seja, a presença do colonizador, segundo Memmi, produz imagens nos colonizados. Freire define esse processo como a incorporação do opressor pelo oprimido. As diferenças entre ambos parecem estar na forma como utilizam os conceitos. Para Freire, os conceitos de opressor e oprimido são denominações concretas, mas, ao mesmo tempo, genéricas. Para Memmi o colonizador e o colonizado são personagens concretos e referem-se a situações históricas nas quais participou efetivamente dos embates na luta pela libertação. Segundo Corbesier (1989, p. 4), o livro de Alberto Memmi é marcado pela clareza e pela simplicidade. Contudo,

é também um testemunho humano, pois o drama do colonialismo ele não viveu de fora, na qualidade de mero espectador, mas o viveu na própria carne, na contradição e no conflito que dilaceram a consciência do colonizado que se recusa a colonização. A experiência biográfica, interpretada e iluminada por uma ideologia revolucionária, converte a peripécia individual em instrumento de pesquisa e de conhecimento sociológico...

É tensão entre a realidade de opressão e o desejo de liberdade que conduzia a que setores e grupos colonizados se rebelassem contra as metrópoles européias. Nesses processos, as colônias se emancipam e buscam suas identidade. Daí o debate sobre a questão do pós-colonial, que, segundo Hall, não é tão clara.

O objetivo principal deste ensaio é explorar os pontos de interrogação que começam rapidamente a se aglutinar em torno da questão *pós-colonial* e da idéia de uma era pós-colonial. Se o momento pós-colonial é aquele que vem *após* o colonialismo, e sendo este definido em termos de uma divisão binária entre colonizadores e colonizados, por que o pós-colonial é *também* um tempo de *diferença*? Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação de sujeitos na modernidade tardia? Essas questões têm assombrado cada vez mais o espaço de contestação no qual o conceito de pós-colonial opera hoje (2003, p. 101).

O contexto de Memmi é o da ruptura com as relações de dominação impostas por metrópoles européias sobre as colônias estabelecidas em vários países, no caso, da África. A emancipação é o início de um processo de construção que exige tanto ou mais do que a própria luta pela libertação. Essas experiências são, em parte, distintas daquelas vivenciadas e analisadas por Freire que não se constituem em movimentos de luta nem têm a mesma dimensão da realidade analisada por Memmi.⁵ Ambas as análises problematizam, sob diferentes ângulos e dimensões, questões muito próximas

que dizem respeito à luta pela libertação e pela superação da cultura de opressão. O objetivo final, no entanto, parece ser o mesmo: a emancipação como condição da humanização. Para chegar a tanto, são muitos os percursos, resistências e obstáculos pessoais, coletivos e estruturais.

A desumanização não é um fenômeno isolado nas sociedades e nas relações sociais. São, por vezes, práticas cotidianas que reproduzem relações históricas e estruturais e criam as condições para que a dimensão ontológica do ser humano seja negada tanto para aqueles que são submetidos quanto para os que se submetem. Uma questão presente tanto nas reflexões de Freire quanto de Memmi é que as relações desumanas não são, em geral, determinadas apenas pelos grupos dominantes por si mesmos. Em cada contexto existem situações nas quais oprimidos ou colonizados se identificam com a conduta dos opressores ou dos colonizadores, que delas usufruem com algum tipo de interesse e às quais se adaptam. A respeito diz Memmi:

Se o pequeno colonizador defende o sistema com tanto empenho, é porque é mais ou menos seu beneficiário. A mistificação está no fato de que, para defender seus interesses muito limitados, defende outros infinitamente mais importantes, dos quais é, aliás, vítima. Mas, enganado e vítima, nisso encontra também suas vantagens (1989, p. 27).

Freire usa a expressão “aderência” para falar da forma como os oprimidos se relacionam com os opressores. Na descoberta da condição de

oprimidos, a tendência é reproduzir as relações de opressão, mesmo que em níveis menos intensos aos quais é submetido. “Num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou sub-opressores” (1981, p. 33). A incorporação do ser opressor torna o oprimido seu semelhante. Nesse caso, continua Freire (1981, p. 35),

os oprimidos, que introjetaram a *sombra* dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que *preenchessem o vazio* deixado pela expulsão, com outro *conteúdo* – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista e não uma doação, exige uma permanente busca.

Ao analisar os processos históricos decorrentes das relações entre as metrópoles e as colônias africanas, Memmi destaca a ambigüidade vivida pelos colonizados. De um lado, a necessidade de não perder totalmente os elementos da sua história, os costumes, os valores e as tradições, ou seja, a cultura; de outro, a necessidade de incorporar e reproduzir determinadas práticas e comportamentos oriundos dos colonizadores. Na tentativa de se parecer com o colonizador, nega sua identidade. Daí o esforço, segundo Memmi (1989, p. 30), para

esquecer o passado, para mudar de hábitos coletivos, sua adoção entusiástica da língua, da cultura e dos costumes ocidentais. Mas, se o colonizador nem sempre desencoraja abertamente es-

ses candidatos à sua semelhança, jamais lhes permitiu também realizá-la. Vivem assim uma penosa e constante ambigüidade; recusados pelo colonizador, participam em parte da situação concreta do colonizado, tem com ele solidariedade de fato; por outro lado, recusam os valores do colonizado enquanto pertencentes a um mundo decadente, da qual esperam escapar com o tempo.

Os processos de dominação de uma cultura sobre outra exigem do oprimido a afirmação daquilo que vem de fora (do colonizador ou do opressor), concomitantemente ao menosprezo dos valores e costumes que fazem parte da sua tradição. Esse domínio encontra um ponto alto com a incorporação da língua do dominador e do desprezo da sua língua materna. Para Memmi (1989, p. 97-98),

a posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. *Ora aqui, os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito:* são os do colonizador e do colonizado. Além disso, a língua materna do colonizado, aquela que é nutrida por suas sensações, suas paixões e seus sonhos, aquela pela qual se exprimem sua ternura e seus espantos, aquela enfim que contém a maior carga afetiva, essa é precisamente a menos valorizada [...]. No conflito linguístico que habita o colonizado, sua língua materna é humilhada, esmagada. E esse desprezo, objetivamente fundado, acaba por impor-se ao colonizado. De moto próprio, põe-se a afastar essa língua enferma, a escondê-la dos olhos dos estrangeiros e não parecer à vontade senão com a língua do colonizador.

Para Freire, o medo da liberdade é uma das razões que justificam a aceitação da condição de opressão. Essa situação, por sua vez, cria uma ambigüidade: o oprimido perde a liberdade, mas cria uma situação de aparente segurança. A liberdade, em contrapartida, exige sair da condição de oprimido para se assumir como sujeito. A respeito diz:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, *imersos* na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus *proprietários* exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões [...]. A libertação, por isso, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos (1981, p. 35-36).

Colocar a possibilidade de libertação significa assumir-se como sujeito. O sujeito é sempre aquele que age com consciência própria, não determinado por terceiros. O colonizado, diz Memmi (1989, p. 48), pode até sonhar com mudanças, contanto que não lhe exijam mais do que mudanças externas nem o desacomodem.

Quando lhe acontece sonhar com um amanhã, com um estado social inteiramente novo onde o colonizado deixaria de ser um colonizado, não considera de modo algum, em compensação, uma transformação profunda da sua própria

situação e de sua própria personalidade [...]. Enfim, aceita que tudo mude, faz votos pelo fim da colonização, mas recusa-se a admitir que essa revolução possa acarretar um transtorno de sua situação e do seu ser.

Uma perspectiva de totalidade não pode deixar de trazer à tona as contradições inerentes tanto aos processos subjetivos quanto às relações estruturais. O opressor não existe sem que o oprimido subsista, nem o colonizador existe sem o colonizado, expressa Memmi na frase: “Para que possa subsistir como colonialista, é necessário que a metrópole permaneça eternamente metrópole” (1989, p. 63); ou, ainda, na expressão: “A situação colonial fabrica colonialistas, como fabrica colonizados” (1989, p. 59). Daí a necessidade de mecanismos gerais que assegurem a sobrevivência desses pólos, embora a sua subsistência negue a possibilidade de humanização. É evidente que existem mecanismos intermediários que se apresentam como condição para a sobrevivência dos sistemas. O colonizador, ao mesmo tempo em que desqualifica o colonizado, não pode negá-lo por completo. Pode desprezar as suas festas, os seus ritos, as vestimentas, os modos de caminhar, mas precisa dele.

Mas o colonialista se dá conta de que sem o colonizado, a colônia não teria sentido algum. Essa insuportável contradição o enche de furor, de ódio, sempre prestes a desencadear-se sobre o colonizado, causa inocente porém fatal de seu drama. E não apenas porque é um policial ou um especialista de autoridade, cujos hábitos profissionais

encontram na colônia inesperadas possibilidades de expansão. Vi, como estupefação, pacíficos funcionários, professores, cortesões e bem falantes, aliás, transformarem-se subitamente, por pretextos fúteis, em monstros vociferantes (MEMMI, 1989, p. 66-67).

A necessidade de legitimar as relações de dominação fundamenta-se em argumentos não apenas econômicos como, às vezes, algumas interpretações economicistas querem explicar. Não são apenas razões econômicas que legitimam a ação do colonizador ou do opressor, embora o lucro e a exploração econômica sejam motivações fundamentais para os colonizadores. Para Memmi (1989, p. 71), a legitimação da colonização encontra seu ponto alto no racismo.

Nesse sentido mobilizam-se todos os esforços do colonialista; e o racismo é, a esse respeito, a arma mais segura: a passagem torna-se, com efeito, impossível, e toda revolta absurda. O racismo aparece, assim, não como pormenor mais ou menos ocidental, porém, como elemento consubstancial do colonialismo. É a melhor expressão do fato colonial, e um dos traços mais significativos do colonialista. Não apenas estabelece a discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, condição *sine qua non* da vida colonial, mas funda sua imutabilidade. Somente o racismo permite colocar na eternidade, substantivando-a, uma relação histórica que começou em data certa.

A produção de certas representações por parte do colonizador em relação aos nativos (colonizados) é fundamental para justificar a continuidade das relações de dominação. Assim, diz

Memmi (1989, p. 78), “o retrato mítico do colonizado contera uma inacreditável preguiça. A do colonizador o gosto virtuoso da ação. Ao mesmo tempo, o colonizador sugere que o emprego do colonizado é pouco rendoso, o que o autoriza os salários inverossímeis”.

A manutenção das relações de opressão reproduz as práticas de desumanização. Dessa forma, diz Memmi (1989, p. 81), “se destroem, uma após outra, todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se para ele, com efeito, opaca”. Tanto Freire quanto Memmi chegam à conclusão de que a opressão desumaniza e nega a vocação do homem de “ser mais”. Para Freire, a relação opressor-oprimido desumaniza ambos e a possibilidade de humanização está na superação dos dois pólos, não apenas na destruição de um deles. Aponta para o diálogo como possibilidade de superação da opressão. A análise feita por Memmi mostra que a superação das relações colonialistas ocorre com a tomada de consciência pelos colonizados das relações que lhes são impostas e pela ação revolucionária.

Nada mais terrível para os oprimidos do que perderem totalmente as esperanças de liberdade. No entanto, diz Memmi, quando o domínio parece totalmente consolidado, criam-se as possibilidades para a tomada de consciência sobre as condições reais e abrem-se caminhos para a emancipação. Esse processo não é simples, visto que os opressores buscam de todas as

formas descaracterizar e enfraquecer a capacidade de reação dos colonizados, especialmente no campo da ação política. Diante do domínio dos colonizadores, não resta aos colonizados senão duas opções: continuar aceitando a condição de opressão e submeterem-se à cultura e a ação dos colonizadores, ou partir para a reação. Para o colonizador, numericamente inferior, os riscos de reação são constantes. Daí a insuficiência do domínio simbólico-cultural. A respeito desses processos vivenciados pelas colônias em relação às metrópoles, diz Memmi (1989, p. 106):

Se nos propomos compreender o fato colonial, devemos admitir que é instável, que seu equilíbrio está incessantemente ameaçado. Podemos transgredir com todas as situações e o colonizado pode ter a esperança de viver muito tempo. Mais ou menos rapidamente, porém, mais ou menos violentamente, pelo movimento de toda personalidade oprimida, um dia se dispõe a recusar sua insuportável existência. As duas saídas, historicamente possíveis, são então tentadas, sucessiva e paralelamente. O colonizado tenta tornar-se outro, ou reconquistar todas as suas dimensões, das quais foi amputado pela colonização.

Para efetivar esse processo de libertação, o colonizado precisa reconhecer-se como sujeito com amor próprio. Essa condição é fundamental para que haja uma ruptura com a cultura e os valores impostos pelos colonizadores. Tanto Memmi quanto Freire partilham do princípio de que o oprimido carrega dentro de si a capacidade de reação

às relações de dominação. Memmi (1989, p. 107) diz que “a recusa de si mesmo e o amor do outro são comuns a todo candidato à assimilação. E os dois componentes dessa tentativa de libertação estão estritamente ligados: subjacente ao amor do colonizador há um complexo de sentimentos que vão da vergonha ao ódio de si mesmo”. Na tentativa de afirmar-se como o colonizador, o colonizado despe-se de si mesmo e assume o outro como se fosse ele mesmo. Na tentativa de se identificar com o colonizador, exemplifica Memmi, “as negras se desesperam alisando os cabelos, que anelam sempre, e torturam a pele a fim de embranquecê-la um pouco”.

Ao chegar a esse nível de comportamento, os colonizados precisam negar sua identidade histórica, seus valores, rituais, costumes, vestimentas. Na ausência de identidade própria e de auto-estima, buscam-se nos valores externos a afirmação. Dessa forma, conclui Memmi (1989, p. 108), “como muita gente evita andar com seus parentes pobres, o colonizado em vias de assimilação, esconde seu passado, suas tradições, todas suas raízes [...]”.

Para superar essa postura, é fundamental a afirmação de uma identidade própria, mas de caráter nacional, enraizada no passado e na cultura ancestral, ou seja, na tradição. Em determinadas circunstâncias a afirmação da nacionalidade se apresenta como possibilidade para fazer frente à ação dos colonizadores. As circunstâncias analisadas por Memmi evidenciam que a primeira reação dos colonizados

contra os colonizadores se dá por meio da luta armada com ações de guerrilha. Da afirmação absoluta do colonizador passa-se para o pólo oposto, que é a negação total. Essa negação é condição para que a emancipação seja posta como condição efetiva. Memmi (1989, p. 112) faz as seguintes considerações a respeito:

Mas, doravante, o colonizador torna-se principalmente negatividade, quando era sobretudo positividade. Principalmente, decide-se que é negatividade por toda a atitude ativa do colonizado. A todo instante é posta em questão na sua cultura e na sua vida, e com ele, tudo o que representa, metrópole compreendida, é claro. Ele é suspeitado, contrariado, combatido no menor dos seus atos. O colonizado põe-se a preferir com raiva e ostentação os carros alemães, os rádios italianos e os refrigeradores americanos; priva-se de fumo, se traz a estampilha colonizadora.

A consciência do papel desempenhado pelo colonizador ou pelo opressor tende a uma reação, em geral, mais impulsiva do que através de uma ação racional e planejada. Assim, a tendência é da negação em bloco dos colonizadores e, às vezes, também dos nativos que se assemelham a eles, ou que partilhem dos seus valores e privilégios. No entanto, com o passar do tempo, o colonizado reconhece-se e assume-se como sujeito histórico, portanto, capaz de romper com as relações de dominação, e tende a voltar ao passado em busca das suas raízes, muitas vezes destruídas ou descaracterizadas. Nessa volta, diz Memmi (1989, p. 115),

dispensando tal atenção aos velhos mitos, rejuvenescendo-os, revivifica-os perigosamente. Recuperam uma força inesperada que as faz escapar aos desígnios limitados dos chefes colonizados. Assiste-se a um verdadeiro renascimento religioso. Acontece mesmo que o aprendiz feiticeiro, intelectual burguês liberal, a quem o laicismo parecia a condição de todo progresso intelectual e social, retome gosto pelas suas tradições desdenhadas.

Memmi e Freire partilham dos processos vivenciados pelos oprimidos quando da tomada de consciência e do reconhecimento da capacidade de ação e de criação, desqualificada pelos opressores durante anos, décadas ou séculos. Memmi (1989, p. 117-119) identifica três momentos de reação dos colonizados em relação à colonização. Ele diz que a reação é clara, embora o conteúdo de reação nem sempre seja tão objetivo, visto que se interpõem muitos interesses e privilégios e, por isso, não se pode falar dos colonizados como bloco homogêneo. Num primeiro momento, diz que, ao aceitar a exclusão, “o colonizado se aceita como separado e diferente, mas sua originalidade é delimitada, definida pelo colonizador”. Num segundo momento, torna-se negatividade, que é um dos elementos essenciais da sua recuperação e do seu combate, e vai afirmá-la e glorificá-la até o absoluto. Finalmente, em relação ao terceiro momento, diz:

Tudo isso, o colonizado o pressente, o revela na sua conduta, o confessa algumas vezes. Percebendo que suas atitudes são essencialmente de reação, é atingido pela maior parte das pertur-

bações da má-fé. Incerto de si mesmo, entrega-se à embriaguez do furor e da violência. Incerto da necessidade desse retorno ao passado, reafirma-se agressivamente. Incerto de poder convencer os outros, provoca-os [...].

As transformações iniciam, portanto, com a tomada de consciência, ou seja, à medida que as contradições começam se explicitar e quando o medo da liberdade, segundo Freire, é superado pelos sujeitos. “Não são raras as vezes em que participamos destes cursos, numa atitude que manifestam o seu medo da liberdade, se referem ao que chamam de perigo da conscientização” (1981, p. 19). Freire discute em vários momentos que a conscientização não é obra de algum iluminado que leva as luzes da consciência para os outros. Esse é um ponto duramente questionado por Freire nas suas obras. A conscientização é um ato que exige a participação efetiva dos sujeitos. Essa é a tese central da obra *Ação cultural para a liberdade*, conforme Freire (1987). A tomada de consciência não é, por sua vez, um processo meramente subjetivo. A análise feita por Mühl (1998, p. 297-298) destaca as duas dimensões sobre as quais deve incidir uma prática pedagógica transformadora: a dimensão subjetiva e a realidade objetiva.⁶

A ação conscientizadora deve ter, pois, projeção social, política, econômica, religiosa e cultural; deve compreender a transformação do homem no seu todo, dele mesmo e da realidade onde ele se acha inserido. A transformação deve ocorrer tanto nas relações intersubjetivas quanto nas relações objetivas com

o meio. Paulo Freire concebe o homem não só *no* mundo, mas *com* o mundo. O homem é apenas um ser localizado no mundo, mas é o localizador do próprio mundo; em outros termos, é na relação do homem-mundo que o sentido aparece. O mundo como sentido para o homem e o homem dando sentido ao mundo.

A conscientização e a transformação implicam vários processos, entre os quais a ruptura com o medo e a consciência das contradições. Freire diz que “a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na inversão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (1981, p. 39). Enquanto os oprimidos ou colonizados não se colocam como sujeitos, não é possível pensar em transformação nem em emancipação. “A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (1981, p. 43).

Um dos passos importantes é o reconhecimento de que a linguagem (palavra) não é apenas um conjunto de letras ou sons. Tanto Freire quanto Memmi insistem na necessidade dos oprimidos de reconhecerem a sua língua e a linguagem como elemento fundamental de emancipação. Diz Freire:

A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blá-blá-blá. Por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação (1981, p. 92).

Nessa mesma linha, podem-se destacar as palavras de Fiori na apresentação da obra *Pedagogia do oprimido*. “Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana” (FIORI, 1981, p. 7).

A transformação, segundo os autores, não se processa apenas com a alteração de personagens no poder, senão por meio de uma profunda mudança cultural, o que implica uma transformação objetiva da realidade, mas também da consciência, ou seja, da subjetividade. Freire fala em afastar o hospedeiro instalado em cada sujeito para que não haja simplesmente uma inversão nas relações de dominação e que o oprimido passe a ser opressor. “Se são levados ao processo como seres ambíguos, metade delas mesmas, metade o opressor *hospedado* nelas e se chegam ao poder vivendo esta ambigüidade, que a situação de opressão

lhes impõe, terão, a nosso ver, simplesmente, a impressão de que chegaram ao poder” (FREIRE, 1981, p. 148). A respeito da necessidade da emancipação dos sujeitos da condição de oprimidos, continua Freire:

Renunciar ao ato invasor significa, de certa maneira, superar a dualidade em que se encontram – dominados de um lado; dominadores, por outro. Significa renunciar a todos os mitos de que se nutre a ação invasora e existenciar uma ação dialógica. Significa, por isto mesmo, deixar de estar *sobre* ou *dentro*, como estrangeiros, para estar *com*, como companheiros. O *medo* da liberdade, então, neles se instala. Durante esse processo traumático, sua tendência é, naturalmente, racionalizar o medo, com uma série de evasivas (1981, p. 183).

O processo de emancipação implica transformações pessoais e estruturais. Como seres históricos os homens têm essa capacidade de mudar. Para tanto, é fundamental a elaboração de uma pedagogia que valorize os sujeitos e que seja capaz de superar a opressão. Freire propõe a pedagogia do oprimido como possibilidade real, pois, por meio do diálogo, possibilita a emancipação. Segundo Balbinot (2006, p. 129-130), “para superar o verticalismo pedagógico, a ação educativa tem de fundamentar-se em uma relação de sujeitos que se reconhecem mutuamente como tais. E o fato de reconhecerem-se mutuamente exige que tenham identidade própria e sejam diferentes”.

Considerações finais

Ao concluir essas reflexões ficam muitos desafios para as práticas educativas e para as políticas educacionais. As duas obras principais aqui discutidas tematizam questões centrais da humanidade, que são a liberdade e a autonomia. A liberdade tem o seu preço visto que implica responsabilidade social, que, por sua vez, exige criatividade, iniciativa e capacidade de discernimento. Somente faz opções quem tem capacidade de decidir. Quando pensamos em políticas educacionais na perspectiva da cidadania, de imediato somos forçados a pensar na autonomia e na capacidade de pensar, argumentar e decidir perante as possíveis opções.

Tanto a análise feita por Memmi quanto por Freire acentuam a necessidade de os oprimidos se assumirem como sujeitos. Essa possibilidade, por sua vez, traz um conjunto de implicações culturais e sociais. Somente é sujeito quem se assume pessoal e coletivamente nas decisões visando à definição de ações para transformar as realidades. Para tanto, é fundamental o envolvimento, a dedicação e a responsabilidade ético-social. As intervenções dos grupos e classes dominantes trabalham, de um modo geral, na perspectiva da instrumentalização das pessoas para que se adaptem às condições objetivas existentes, ou seja, em nada contribuem para um pensar crítico. Mais do que nunca, o pensamento crítico se faz necessário no contexto atual.

As questões problematizadas por Freire e Memmi ajudam-nos a compreender a complexidade inerente aos processos emancipatórios. Se já é difícil crer na capacidade de reação diante da realidade de opressão, especialmente através de ações isoladas, muito mais complexo é pensar na reconstrução de experiências emancipatórias após a superação das relações de opressão impostas pelos colonizadores. Não basta destronar o colonizador. É fundamental a construção de novas experiências, que sejam capazes de fazer frente às novas formas de opressão que se recriam. Esse parece ser um dos grandes ensinamentos dos mestres discutidos no presente texto. A luta contra o opressor se constitui, na realidade, num ponto de partida. A efetivação de experiências democráticas e emancipatórias continua sendo um desafio para qualquer ação revolucionária. Freire e Memmi nos alertam sobre os riscos da reprodução de práticas opressoras quando da chegada ao poder, ou seja, sem uma efetiva emancipação, a tendência é de que novos líderes surjam e se tornem tão ou mais opressores que os destituídos do poder.

Um dos grandes desafios emergentes dessas reflexões é de que as múltiplas formas de assistencialismo que existem hoje na sociedade, inclusive na escola, pouco contribuem para a emancipação. Muitos espaços de educação formal estão praticamente descaracterizados da sua função essencial. É evidente que as condições sociais e econômicas exigem, por ve-

zes, ações imediatas para matar a fome, tratar um dente etc. O problema é que essas práticas acabam se tornando corriqueiras, e o papel específico da escola, que é de formar sujeitos críticos, emancipados e responsáveis ética e socialmente, fica em segundo plano. Com base nas reflexões desenvolvidas, não resta alternativa a não ser o enfrentamento das questões sociais, políticas, econômicas e culturais por meio de um processo qualificado de reflexão. Isso não ocorre, segundo Freire (1987, p. 42-64), sem uma pedagogia que seja capaz de fazer frente à opressão e que seja capaz de “produzir” sujeitos emancipados e humanizados.

A luta pela emancipação exige, portanto, que sejam levadas em consideração as realidades que envolvem os sujeitos com as suas contradições. A pedagogia do oprimido, com base na relação dialógica, apresenta-se em condições de fazer frente aos grandes desafios propostos pelo desenvolvimento econômico atual, que não mais se limita ao seu campo peculiar. A lógica do mundo econômico está tomando conta do campo educativo e definindo princípios, procedimentos pedagógicos e fins para a educação. No contexto desses processos não podemos esperar sujeitos críticos, criativos e emancipados. O enfrentamento desses desafios, no entanto, é possível se nos colocarmos como sujeitos da história e comprometidos com a humanização. Para tanto,

é fundamental uma formação que seja capaz de pensar os sujeitos de forma integral.

Abstracts

This texts presents a discussion on Paulo Freire and Alberto Memmi with the aim of searching for elements for discussion on educational policies from an emancipative perspective. The reconstruction of those authors' ideas helps us question the dominant tendencies in educational policies of instrumental character and subordinated to the market and also to think of a transformative critical perspective. The research and the experiments carried out by Memmi and Freire have posed several questions regarding trends in educational policies in the beginning of this century, less and less worried with humanization, i.e., with the human being's ontological vocation to *be more*. Within that context, the reading of classic authors becomes a fertile possibility as long as they propose fundamental questions to the formulation of consistent criticism with regard to the formation of critical and emancipated subjects who can effectively contribute to the transformation of socio-economic, political and cultural relations.

Key-words: oppressor-oppressed, colonizer-colonized, emancipative educational policies, change.

Referências

BALBINOT, Rodinei. *Ação pedagógica: entre verticalismo pedagógico e práxis dialógica*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. I).

CASASSUS, Juan. Concertación y alianzas em educación. In: ROMERO, Maximo (Coord.). *Es possible concertar las políticas educativas?* Buenos Aires: Niño y Dávila Editores, 1995. p. 17-40.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 3-16.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Disponível em: <http://www.ppbr.com/ipf/bio/esposa.html>. Acesso em: 28 jun. 2006.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. O que foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais* – Stuart Hall. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 101-128.

MARZOUKI, Afifa. Albert Memmi. Extrait de *La littérature maghrébine de langue française*. Ouvrage collectif, sous la direction de Charles BONN, Naget KHADDA; Abdallah MDARHRI-ALAOUI, Paris, EDICEF-AUPELF, 1996. Disponível em: <http://www.limag.refer.org/Textes/Manuref/Memmi.htm>. Acesso em: 28 jun. 2006.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÜHL, Eldon Henrique. Conscientização, práxis e utopia em Paulo Freire. In: MARCON, Telmo (Org.). *Educação e universidade, práxis e emancipação: uma homenagem a Elli Benincá*. Passo Fundo: EdUPF, 1998. p. 293-321.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. Sobre o sentido e o fim da história: questões para Hegel e Marx em face do Exterminismo. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 29-44, jan./jun. 2005.

TEODORO, Antônio. *Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-44.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 109-136.

Notas

- ¹ O desaparecimento das grandes utopias é uma realidade neste início de século. O discurso neoliberal, na medida em que absolutiza o mercado, tende a ofuscar qualquer outra possibilidade. No âmbito das políticas educacionais esse esvaziamento utópico parece se traduzir em propostas imediatistas e utilitárias. Os valores do mercado e de um discurso economicista baseado no pre-

texto da globalização não responde aos grandes desafios existenciais e estruturais na atualidade. São muitas as produções que vão nessa direção. A respeito, podem-se referir alguns trabalhos, como os de Schmied-Kowarzik (2005), Casassus (1995), Frigotto (1998), Gentili (1995), Gentili e Frigotto (2000), Gentili e Silva (1997), Torres (1998), Teodoro (2003).

- ² A utopia nunca é isolada de contextos e de projetos, ou seja, não é uma ação individual.
- ³ Albert Memmi é um autor não muito conhecido entre nós. Nasceu em Tunis em 1920 e, em 1943, conheceu os campos de trabalho forçado na Tunísia. Após a independência da Tunísia fixou-se em Paris (1956) como professor e trabalhou com psiquiatria social na Escola Prática de Altos Estudos (MARZOUKI, 2006). Manteve contatos pessoais com Paulo Freire, conforme biografia elaborada por Ana Maria Araújo Freire (2006), quando faz o seguinte comentário a respeito do marido, Paulo Freire: “Não há como negar na sua maneira própria de pensar porque reinventa e supera em parte ou no todo muitos dos seus mestres, a influência do marxismo, do existencialismo, do personalismo ou da fenomenologia. São presenças na sua leitura de mundo tanto Marx, Lukacs, Sartre e Mounier quanto *Albert Memmi*, Erich Fromm, Franz Fanon, Merleau-Ponty, Antonio Gramsci, Karel Kosik, Marcuse, Agnes Heller, Simone Weill e Amílcar Cabral” (grifo nosso). De Memmi, Paulo Freire recebeu uma carta enviada de Paris, em 1987, com o seguinte texto: “Caro Senhor: Problemas de saúde me impediram de vos agradecer por ter aceitado fazer parte do comitê de honra no trigésimo aniversário do “Retrato do colonizado”. A confiança de um lutador como vós me tem sido muito reconfortante. Com os meus melhores votos. Albert Memmi. Paris, 16/01/87” (FREIRE, 2006). Paulo Freire faz menção à obra de Memmi no livro *Cartas à Guiné-Bissau*, quando sugere em nota de rodapé a leitura das obras de Fanon e de Memmi (FREIRE, 1984, p. 20).
- ⁴ A obra foi publicada, inicialmente, na França em 1957, e a apresentação foi feita pelo tradutor Roland Corbesier para a edição brasileira data de 1967. A segunda edição foi publicada em 1977.
- ⁵ Em *Cartas à Guiné-Bissau*, conforme Freire (1984), há referências às condições de vida em países africanos.
- ⁶ Às vezes, dá a impressão de que certas leituras aliçadas de Freire privilegiam uma dimensão subjetiva, ou seja, uma relação pedagógica superficial entre sujeitos. O mesmo parece ocorrer em relação aos conceitos de diálogo e de amor.